



# MUNICÍPIO DE FERNANDO PEDROZA

## DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Ano I | Edição 144-B/2026 | 12 de janeiro de 2026

---

**Seção: Atos Administrativo**

**Tipo:** Mensagem de Veto (M.Veto)

**Código:** 69bdbfe1-a976

Gabinete Civil

**MENSAGE DE VETO Nº 006, DE 07 DE JANEIRO DE 2026**

**MENSAGEM DE VETO Nº. 006, DE 07 DE JANEIRO DE 2026.**

*Encaminhamento de resposta à  
Câmara Municipal da Mensagem de  
Veto nº 006/2026, nos termos do Art.  
55, § 1º da Lei nº 001/97 – Lei  
Orgânica do Município de Fernando  
Pedroza.*

Ao

Exmo. Sr.

**RIVALDO SILVA DE MEDEIROS CRUZ**

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores –Fernando Pedroza/RN

Comunico a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me são conferidas pela **Lei Orgânica do Município de Fernando Pedroza, veto parcialmente o Projeto de Lei nº 040/2025**, no que se refere à **Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2025**, de autoria dos Vereadores **Antônio Alves Gonçalves Júnior** e **Manoel Missias Mariano**, apresentada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, pelos fundamentos jurídicos e técnicos a seguir expostos.

**RAZÕES DO VETO**

A Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2025 promove o remanejamento de recursos da Reserva de Contingência, com a finalidade de instituir dotação orçamentária específica, no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), destinada à Secretaria Municipal de Saúde, para ações de apoio assistencial relacionadas ao Tratamento Fora do Domicílio – TFD, incluindo serviços de acolhimento, apoio social, hospedagem e suporte a pacientes e acompanhantes, com possibilidade de aluguel de imóvel e contratação de serviços (Casa de Apoio).

Não obstante a relevância social e humanitária da iniciativa, a emenda apresenta vícios formais e materiais insanáveis, que impõem o seu veto, conforme se passa a demonstrar.

**1. Criação de nova categoria de programação – vício insanável**

A emenda não se limita a suplementar dotação previamente existente na Lei Orçamentária Anual, mas institui ação orçamentária específica, com denominação própria,

finalidade definida, valor individualizado e natureza de despesa determinada (GND 3.3.90.39 – Serviços de Terceiros – PJ).

Tal circunstância caracteriza a criação de nova categoria de programação, o que extrapola os limites constitucionais das emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, aplicável aos Municípios por simetria.

A definição de ações governamentais, estrutura da política pública de saúde, bem como a criação ou ampliação de serviços permanentes — como a manutenção de Casa de Apoio vinculada ao TFD — constitui matéria de iniciativa privativa do Poder Executivo, sendo vedado ao Poder Legislativo inovar na programação orçamentária por meio de emenda parlamentar, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º da Constituição Federal).

## **2. Utilização indevida da Reserva de Contingência**

A emenda prevê a cobertura financeira das novas dotações por meio da anulação parcial da Reserva de Contingência, o que afronta diretamente a finalidade legal desse instrumento orçamentário.

Nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Reserva de Contingência destina-se exclusivamente ao atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais e outros eventos imprevistos, devidamente identificados no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A utilização da Reserva de Contingência para financiar despesa previsível, programada e continuada, como a manutenção de serviços de apoio ao TFD, aluguel de imóvel e contratação recorrente de serviços, desvirtua sua finalidade legal, comprometendo a segurança fiscal e o equilíbrio orçamentário do Município.

## **3. Instituição indireta de despesa continuada sem estimativa de impacto**

Embora a emenda afirme não criar obrigação de execução rígida, o seu conteúdo material autoriza despesas de caráter estrutural e potencialmente continuado, tais como: aluguel de imóvel; manutenção de serviços de hospedagem e apoio e contratação recorrente de terceiros.

Tais despesas enquadram-se no conceito de ação governamental continuada, exigindo, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, estimativa do impacto orçamentário-financeiro, demonstração de compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), requisitos que não foram atendidos pela emenda.

#### **4. Ausência de Ancoramento da Emenda e Violação à Técnica Legislativa**

Cumprir destacar, ainda, que o art. 6º do Projeto de Lei nº 040/2025, que dispõe sobre as determinações das fontes de recursos para a orçamentação das receitas ao longo do exercício financeiro de 2026, encontra-se expressamente regulamentado por meio da Tabela III, anexa ao referido projeto de lei, a qual apresenta a identificação completa das fontes de recursos, com seus respectivos códigos, em consonância com as normas de contabilidade pública e de planejamento orçamentário.

Ressalte-se que o mencionado art. 6º não sofreu qualquer modificação durante a tramitação legislativa, mantendo-se integralmente com sua redação original no autógrafo encaminhado ao Poder Executivo para sanção. Ademais, a Emenda Modificativa apresentada não faz qualquer referência expressa ao art. 6º, tampouco indica que referido dispositivo seria objeto de alteração.

Dessa forma, **a emenda deixa de indicar, de maneira clara e objetiva, qual quadro, planilha, tabela, artigo, parágrafo, inciso ou alínea do Projeto de Lei Orçamentária Anual deveria ser alterado para viabilizar a inclusão da nova categoria de programação proposta.**

Tal omissão caracteriza ausência absoluta de ancoramento normativo, configurando falha grave de técnica legislativa, na medida em que não se estabelece o vínculo formal entre a emenda e o texto originário do projeto, impossibilitando qualquer modificação válida da proposição legislativa.

A ausência de ancoramento normativo inviabiliza a correta inserção da emenda no corpo da LOA, configurando grave falha de técnica legislativa, por inexistir vínculo formal entre a modificação pretendida e a estrutura orçamentária originalmente proposta pelo Poder Executivo.

Assim, diante da imprecisão formal e da inobservância dos requisitos mínimos de técnica legislativa, resta configurado vício insanável, que impede a convalidação da emenda e impõe o veto parcial ao projeto de lei, como medida necessária à preservação da legalidade, da segurança jurídica e da coerência do planejamento orçamentário municipal.

#### **5. Limites do art. 166, § 3º, da Constituição Federal**

Ainda que a emenda indique fonte de custeio por meio da anulação da Reserva de Contingência, o art. 166, § 3º, da Constituição Federal não autoriza a criação de novas ações orçamentárias nem o redirecionamento de recursos reservados para riscos fiscais, mas

apenas ajustes pontuais em dotações existentes, desde que compatíveis com o planejamento previamente aprovado.

A simples indicação de recursos não é suficiente para sanar os vícios formais e materiais da emenda, sobretudo quando ela altera substancialmente a estrutura da programação orçamentária originalmente proposta pelo Poder Executivo.

## **6. Risco à legalidade e à responsabilização do gestor**

A manutenção da emenda nos termos aprovados poderá acarretar: apontamentos pelo Tribunal de Contas; questionamentos quanto à legalidade da execução da despesa; risco de rejeição das contas anuais do Chefe do Poder Executivo.

### **Lei Complementar nº 101/2000**

**Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.**

**Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:**

**I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;**

**II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.**

A emenda não foi acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nem de demonstração de compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), exigências indispensáveis à regularidade da despesa pública. O veto, portanto, constitui medida de cautela administrativa, destinada a preservar a legalidade, a segurança jurídica e a boa governança fiscal.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, **o veto parcial ao Projeto de Lei nº 040/2025, no que diz respeito à Emenda Aditiva/Modificativa nº 006/2025 impõe-se como medida necessária, a fim de resguardar: o respeito ao planejamento governamental; a finalidade legal da Reserva de Contingência; os limites constitucionais às emendas**

**parlamentares; o princípio da separação dos Poderes; o equilíbrio e a legalidade do orçamento municipal.** Mostra-se, portanto, a emenda **contrária ao interesse público**, nos termos do **art. 55, § 1º, da Lei nº 001/97 - Lei Orgânica do Município de Fernando Pedroza.**

Encaminha-se a presente Mensagem de Veto à elevada apreciação dessa Casa Legislativa, para os fins legais.

Fernando Pedroza/RN, 07 de Janeiro de 2026.

**João Maria Braga**  
Prefeito Municipal